

WANDER GARCIA, ANA PAULA GARCIA
E RENAN FLUMIAN
COORDENADORES

CONCURSOS DE TRIBUNAIS ANALISTA

8ª
Edição
2019

COMO PASSAR

4.200 QUESTÕES
COMENTADAS *

- 2.618 Questões impressas
- 1.589 Questões on-line

DISCIPLINAS:

Português • Informática • Matemática e
Raciocínio Lógico • Administração Pública •
Administração Financeira e Orçamentária •
Regimento Interno e Legislação Local •
Lei 8.112 (Regime Jurídico dos Servidores
Públicos Civis Federais) • Lei 8.666
(Licitações e Contratos Administrativos) •
Direito Administrativo • Direito
Constitucional • Direito Penal • Direito
Processual Penal • Direito Civil •
Direito Processual Civil • Direito do
Trabalho • Direito Processual do
Trabalho • Direito Eleitoral •
Direito Tributário • Direito
Ambiental • Estatuto da Criança
e do Adolescente • Direito
Internacional • Direito do
Consumidor • Arquivologia •
Direitos das Pessoas
com Deficiência

- * Gabarito ao final de cada questão, facilitando o manuseio do livro
- * Questões comentadas e altamente classificadas por autores especialistas em aprovação

Você está recebendo, **GRATUITAMENTE**, um fragmento da obra da **Editora Foco**, para dar início aos seus estudos.

Este conteúdo não deve ser divulgado, pois tem direitos reservados à editora, constituindo-se uma cortesia a título de motivação aos seus estudos.

Faz-se necessário evidenciar que tal fragmento não representa a totalidade de uma obra ou disciplina.

A obra, na sua totalidade, poderá ser adquirida no site da **Editora Foco**:

www.editorafoco.com.br

Bons estudos!

Editora Foco

2019 © Editora Foco

Coordenadores: Wander Garcia, Ana Paula Garcia e Renan Flumian

Autores: Wander Garcia, Alice Satin, Ana Paula Garcia, André Nader Justo, Ariane Wady, Arthur Trigueiros, Bruna Vieira, Daniel Pereira da Silva, Eduardo Dompieri, Elson Garcia, Enildo Garcia, Flávia Barros, Gabriela Rodrigues, Georgia Dias, Gustavo Nicolau, Helder Satin, Henrique Subi, Hermes Cramacon, Ivo Tomita, Leni Mouzinho Soares, Licínia Rossi, Luiz Delloro, Luiz Fabre, Magally Dato, Márcio Alexandre Pereira, Renan Flumian, Renato Montans, Roberta Densa, Robinson Barreirinhas, Savio Chalita, Teresa Melo e Tiago Queiroz

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira

Editor: Roberta Densa

Revisora Sênior: Georgia Renata Dias

Capa Criação: Leonardo Hermano

Diagramação: Ladislau Lima

Impressão miolo e capa: Gráfica EXPRESSÃO E ARTE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S253c

Satin, Alice

Como passar em concursos de tribunais: analista / Alice Satin...[et al.] ; organizado por Ana Paula Dompieri Garcia, Renan Flumian, Wander Garcia. – 8. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2018.

704 p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-85-8242-334-9

1. Metodologia de estudo. 2. Concursos Públicos. 3. Tribunais. I. Justo, André Nader. II. Trigueiros, Arthur. III. Wady, Ariane. IV. Vieira, Bruna. V. Silva, Daniel Pereira da. VI. Dompieri, Eduardo. VII. Garcia, Elson. VIII. Garcia, Enildo. IX. Barros, Flávia. X. Rodrigues, Gabriela. XI. Dias, Georgia. XII. Nicolau, Gustavo. XIII. Satin, Helder. XIV. Subi, Henrique. XV. Cramacon, Hermes. XVI. Tomita, Ivo. XVII. Soares, Leni Mouzinho. XVIII. Rossi, Licínia. XIX. Fabre, Luiz Carlos. XX. Delloro, Luiz. XXI. Dato, Magally. XXII. Pereira, Márcio Alexandre. XXIII. Flumian, Renan. XXIV. Montans, Renato. XXV. Densa, Roberta. XXVI. Barreirinhas, Robinson. XXVII. Chalita, Savio. XXVIII. Melo, Teresa. XXIX. Queiroz, Tiago. XXX. Garcia, Wander. XXXI. Garcia, Ana Paula Dompieri. XXXII. Título.

2018-629

CDD 001.4

CDU 001.8

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Metodologia de estudo 001.4 2. Metodologia de estudo 001.8

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, durante o ano da edição do livro, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Bônus ou Capítulo On-line: Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo no *on-line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (12.2018) – Data de Fechamento (11.2018)



2019

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.

Al. Júpiter 542 – American Park Distrito Industrial

CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

Acesse **JÁ** os conteúdos *ON-LINE*



SHORT VIDEOS

Vídeos de curta duração com dicas de
DISCIPLINAS SELECIONADAS

Acesse o link:

www.editorafoco.com.br/short-videos



ATUALIZAÇÃO em PDF e VÍDEO
para complementar seus estudos*

Acesse o link:

www.editorafoco.com.br/atualizacao



CAPÍTULOS ON-LINE

Acesse o link:

www.editorafoco.com.br/atualizacao

* As atualizações em PDF e Vídeo serão disponibilizadas sempre que houver necessidade, em caso de nova lei ou decisão jurisprudencial relevante, durante o ano da edição do livro.

* Acesso disponível durante a vigência desta edição.

AUTORES

SOBRE OS COORDENADORES

Wander Garcia – @wander_garcia

É Doutor, Mestre e Graduado em Direito pela PUC/SP. É professor universitário e de cursos preparatórios para Concursos e Exame de Ordem, tendo atuado nos cursos LFG e DAMASIO. Neste, foi Diretor Geral de todos os cursos preparatórios e da Faculdade de Direito. Foi diretor da Escola Superior de Direito Público Municipal de São Paulo. É um dos fundadores da Editora Foco, especializada em livros jurídicos e para concursos e exames. É autor best seller com mais de 50 livros publicados na qualidade de autor, coautor ou organizador, nas áreas jurídica e de preparação para concursos e exame de ordem. Já vendeu mais de 1,5 milhão de livros, dentre os quais se destacam “Como Passar na OAB”, “Como Passar em Concursos Jurídicos”, “Exame de Ordem Mapamentalizado” e “Concursos: O Guia Definitivo”. É também advogado desde o ano de 2000 e foi procurador do município de São Paulo por mais de 15 anos. É Coach Certificado, com sólida formação em Coaching pelo IBC e pela International Association of Coaching.

Ana Paula Garcia

Procuradora do Estado de São Paulo, Pós-graduada em Direito, Professora do IEDI, Escrevente do Tribunal de Justiça por mais de 10 anos e Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça. Autora de diversos livros para OAB e concursos

Renan Flumian – @renanflumian

Professor e Coordenador Acadêmico do IEDI. Mestre em Filosofia do Direito pela *Universidad de Alicante*, cursou a *Session Annuelle D’enseignement do Institut International des Droits de L’Homme*, a Escola de Governo da USP e a Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Autor e coordenador de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e o Exame de Ordem. Advogado. (Twitter: @RenanFlumian)

SOBRE OS AUTORES

Alice Satin

Mestre em Direitos Difusos pela PUC/SP. Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Palestrante e Professora Assistente na Graduação e Pós-Graduação em Direito da PUC/SP. Advogada.

André Nader Justo

Economista formado pela UNICAMP.

Ariane Wady

Especialista em Direito Processual Civil (PUC-SP). Graduada em Direito pela PUC-SP (2000). Professora de pós-graduação e curso preparatório para concursos - PROORDEM - UNITÁ Educacional e Professora/Tutora de Direito Administrativo e Constitucional - Rede LFG e IOB. Advogada.

Arthur Trigueiros

Pós-graduado em Direito. Procurador do Estado de São Paulo. Professor da Rede LFG e do IEDI. Autor de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem.

Bruna Vieira

Pós-graduada em Direito. Professora do IEDI, PRO-ORDEM, LEGALE, ROBORTELLA e ÊXITO. Professora de Pós-graduação em Instituições de Ensino Superior. Palestrante. Autora de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem, por diversas editoras. Advogada.

Daniel Pereira da Silva

Graduado, Mestre e Doutorando em economia pela Universidade Estadual de Campinas, Professor de matemática e economia na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado.

Eduardo Dompieri

Pós-graduado em Direito. Professor do IEDI. Autor de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem.

Elson Garcia

Professor e Engenheiro graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Enildo Garcia

Especialista em Matemática pura e aplicada (UFSJ). Professor tutor de Pós-graduação em Matemática (UFSJ – UAB). Analista de sistemas (PUCRJ).

Flávia Barros

Procuradora do Município de São Paulo. Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Especialista em Direito Administrativo pela PUC-SP/COGEAE. Especialista em Direitos Difusos e Coletivos pela ESMPSP. Coach de Alta Performance pela FEBRACIS. Practioneer e Master em Programação Neurolinguística - PNL. Analista de Perfil Comportamental - DISC Assessment. Professora de Direito Administrativo

Gabriela Rodrigues

Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Escola Paulista de Direito. Professora Universitária e do IEDI Cursos On-line e preparatórios para concursos públicos exame de ordem. Autora de diversas obras jurídicas para concursos públicos e exame de ordem. Advogada.

Georgia Dias

Especialista em Direito Penal pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Autora e organizadora de diversas obras publicadas pela Editora Foco. Advogada.

Gustavo Nicolau

Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da USP. Professor de Direito Civil da Rede LFG/Praetorium. Advogado.

Helder Satin

Graduado em Ciências da Computação, com MBA em Gestão de TI. Professor do IEDI. Professor de Cursos de Pós-graduação. Desenvolvedor de sistemas Web e gerente de projetos.

Henrique Subi

Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito Tributário pela UNISUL. Professor de cursos preparatórios para concursos desde 2006. Coautor de mais de 20 obras voltadas para concursos, todas pela Editora Foco.

Hermes Cramacon

Pós-graduado em Direito. Professor do Complexo Damásio de Jesus e do IEDI. Advogado.

Ivo Tomita

Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP – Cogea. Advogado.

Leni Mouzinho Soares

Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Licinia Rossi

Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional. Professora exclusiva de Direito Administrativo e Constitucional na Rede Luiz Flávio Gomes de Ensino. Professora de Direito na UNICAMP. Advogada.

Luiz Dellore

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela USP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor do Mackenzie, EPD, IEDI, IOB/Marcato e outras instituições. Advogado concursado da Caixa Econômica Federal.

Ex-assessor de Ministro do STJ. Membro da Comissão de Processo Civil da OAB/SP, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), do IPDP (Instituto Panamericano de Derecho Procesal) e diretor do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Colunista do portal jota.info. Facebook e LinkedIn: Luiz Dellore

Luiz Fabre

Professor de cursos preparatórios para concursos. Procurador do Trabalho.

Magally Dato

Professora de Língua Portuguesa. Agente de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Márcio Alexandre Pereira

Mestre pelo Mackenzie. Especialista pela Escola Superior do Ministério Público. Professor das disciplinas de Direito Civil e Direito Processual Civil em cursos preparatórios de Exame de Ordem e Concursos Públicos. Professor de cursos de extensão universitária e de pós-graduação da Escola Superior da Advocacia e da Escola Paulista de Direito. Advogado.

Renato Montans

Mestre e Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Coordenador do curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil Moderno da Universidade Anhanguera-Uniderp/Rede LFG. Professor da Rede LFG. Advogado.

Roberta Densa

Doutora em Direitos Difusos e Coletivos. Professora universitária e em cursos preparatórios para concursos Públicos e OAB. Autora da obra “Direito do Consumidor”, 9ª edição publicada pela Editora Atlas.

Robinson Barreirinhas

Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo. Professor do IEDI. Procurador do Município de São Paulo. Autor e coautor de mais de 20 obras de preparação para concursos e OAB. Ex-Assessor de Ministro do STJ.

Savio Chalita

Advogado. Mestre em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos. Professor do CPJUR (Centro Preparatório Jurídico), Autor de obras para Exame de Ordem e Concursos Públicos. Professor Universitário. Editor do blog www.comopassarnaob.com.

Teresa Melo

Procuradora Federal. Assessora de Ministro do STJ. Professora do IEDI.

Tiago Queiroz

Pós-graduado em Direito. Diretor de Cartório Judicial.

SUMÁRIO

AUTORES	V
COMO USAR O LIVRO?	XV
1. LÍNGUA PORTUGUESA 	1
1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	1
2. VERBO	14
3. PONTUAÇÃO	17
4. REDAÇÃO, COESÃO E COERÊNCIA.....	21
5. CONCORDÂNCIA	36
6. CONJUNÇÃO	41
7. PRONOMES	44
8. CRASE.....	46
9. SEMÂNTICA	48
10. VOZES VERBAIS.....	54
11. ORTOGRAFIA	60
12. REGÊNCIAS VERBAL E NOMINAL.....	61
13. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS.....	63
2. INFORMÁTICA 	73
1. <i>HARDWARE</i>	73
2. MICROSOFT OFFICE	74
3. BR OFFICE	80
4. INTERNET.....	82
5. SEGURANÇA.....	90
6. SISTEMAS OPERACIONAIS	93
3. MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO 	101
1. RACIOCÍNIO LÓGICO.....	101
2. MATEMÁTICA BÁSICA.....	127

3.	MATEMÁTICA FINANCEIRA.....	137
4.	ESTATÍSTICA.....	138
4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 		141
1.	TEORIAS E CORRENTES DOUTRINÁRIAS.....	141
2.	RECURSOS HUMANOS.....	142
3.	GESTÃO E LIDERANÇA	144
4.	ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....	148
5.	FERRAMENTAS E TÉCNICAS GERENCIAIS	149
6.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	152
7.	OUTRAS MATÉRIAS E TEMAS COMBINADOS	153
5. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA 		155
1.	PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS.....	155
2.	LOA, LDO, PPA.....	157
3.	RECEITAS.....	159
4.	DESPESAS	161
5.	CRÉDITOS ADICIONAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	163
6.	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF.....	165
7.	OUTRAS MATÉRIAS E COMBINADAS	166
6. REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÃO LOCAL 		169
1.	TRIBUNAIS SUPERIORES.....	169
2.	CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES	170
3.	TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO.....	172
4.	TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS.....	176
5.	TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS.....	182
6.	TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	183
7.	NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	192
8.	LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPU	193
7. LEI 8.112/1990		195
1.	PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO	195
2.	DIREITOS E VANTAGENS.....	209
3.	REGIME DISCIPLINAR.....	216
4.	PROCESSO DISCIPLINAR	223

5. SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR – BENEFÍCIOS (APOSENTADORIA, AUXÍLIO-NATALIDADE, SALÁRIO-FAMÍLIA, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E POR PATERNIDADE, LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO, PENSÃO, AUXÍLIO-FUNERAL E AUXÍLIO-RECLUSÃO)	226
6. TEMAS COMBINADOS	226
8. LEI 8.666/1993	227
1. LICITAÇÃO	227
2. CONTRATOS	238
3. LEI 10.520/2002 – PREGÃO	246
4. TEMAS COMBINADOS	249
9. DIREITO ADMINISTRATIVO 	251
1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	251
2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	254
3. ATO ADMINISTRATIVO	258
4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	271
5. AGENTES PÚBLICOS	282
6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	288
7. BENS PÚBLICOS	300
8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	302
9. RESPONSABILIDADE DO ESTADO	303
10. SERVIÇOS PÚBLICOS	307
11. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	312
12. PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI 9.784/1999)	314
13. OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS	322
14. LICITAÇÃO	323
10. DIREITO CONSTITUCIONAL 	325
1. TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO, NORMAS CONSTITUCIONAIS E PODER CONSTITUINTE	325
2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	330
3. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	338
4. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	344
5. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	360
6. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	360
7. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	362
8. ORDEM SOCIAL	363
9. QUESTÕES COMBINADAS	364

11. DIREITO PENAL		367
1.	CONCEITO, FONTES, PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO	367
2.	CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES, FATO TÍPICO E TIPO PENAL.....	371
3.	CRIMES DOLOSOS, CULPOSOS E PRETERDOLOSOS; ERRO DE TIPO, DE PROIBIÇÃO E DEMAIS ERROS	373
4.	TENTATIVA, CONSUMAÇÃO, DESISTÊNCIA, ARREPENDIMENTO E CRIME IMPOSSÍVEL	374
5.	ANTI JURIDICIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES	376
6.	CONCURSO DE PESSOAS	376
7.	CULPABILIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES	378
8.	PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA	380
9.	AÇÃO PENAL.....	384
10.	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE – PRESCRIÇÃO	384
11.	CRIMES CONTRA A PESSOA E CONTRA O PATRIMÔNIO	386
12.	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS FINANÇAS PÚBLICAS	389
13.	CRIMES DA LEI DE DROGAS	400
14.	OUTROS CRIMES DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	400
15.	TEMAS COMBINADOS DE DIREITO PENAL.....	405
12. DIREITO PROCESSUAL PENAL		413
1.	FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS, EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO E INTERPRETAÇÃO.....	413
2.	INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO	414
3.	AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	420
4.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA; CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	428
5.	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	432
6.	PROVA.....	434
7.	PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	437
8.	SUJEITOS PROCESSUAIS, CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS	443
9.	PROCESSO E PROCEDIMENTOS; SENTENÇA E COISA JULGADA	446
10.	NULIDADES	450
11.	RECURSOS	451
12.	<i>HABEAS CORPUS</i> E REVISÃO CRIMINAL.....	454
13.	LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E TEMAS COMBINADOS.....	456
13. DIREITO CIVIL		463
1.	LINDB.....	463
2.	GERAL.....	464

3. OBRIGAÇÕES.....	474
4. CONTRATOS.....	479
5. RESPONSABILIDADE CIVIL	488
6. DIREITO DE EMPRESA.....	491
7. COISAS	492
8. FAMÍLIA.....	495
9. SUCESSÕES.....	495
10. TEMAS COMBINADOS.....	496

14. DIREITO PROCESSUAL CIVIL**501**

1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	501
2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	501
3. PARTES, PROCURADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ.....	504
4. PRAZOS E ATOS PROCESSUAIS.....	507
5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	509
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	511
7. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	512
8. TUTELA PROVISÓRIA	513
9. PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	514
10. SENTENÇA, COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA.....	517
11. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	519
12. RECURSOS EM ESPÉCIE.....	520
13. EXECUÇÃO.....	521
14. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E IMPUGNAÇÃO	524
15. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	526
16. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	527
17. TEMAS COMBINADOS.....	532

15. DIREITO DO TRABALHO**537**

1. FONTES DO DIREITO DO TRABALHO.....	537
2. PRINCÍPIOS	537
3. VÍNCULO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE TRABALHO	539
4. RELAÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO	544
5. TERCEIRIZAÇÃO E TRABALHO TEMPORÁRIO	547
6. JORNADA DE TRABALHO	548
7. TRABALHO NOTURNO (INCLUSIVE, ADICIONAL NOTURNO)	551
8. FÉRIAS	551

9. REMUNERAÇÃO, SALÁRIO E DEMAIS VANTAGENS	555
10. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	557
11. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	559
12. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (INCLUSIVE, AVISO-PRÉVIO).....	561
13. ESTABILIDADE E GARANTIA NO EMPREGO	567
14. FGTS	568
15. MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO	570
16. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	573
17. ORGANIZAÇÃO E LIBERDADE SINDICAL	573
18. CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO.....	574
19. DIREITO DE GREVE.....	575
20. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	576
21. QUESTÕES COMBINADAS.....	577

16. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 581

1. JUSTIÇA DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	581
2. TEORIA GERAL E PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	583
3. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	584
4. COMPETÊNCIA.....	584
5. CUSTAS, EMOLUMENTOS E HONORÁRIOS	586
6. PARTES, ADVOGADOS, REPRESENTAÇÃO	588
7. NULIDADES	589
8. PROVAS.....	591
9. PROCEDIMENTO (INCLUSIVE, ATOS PROCESSUAIS)	594
10. EXECUÇÃO	598
11. EMBARGOS DE TERCEIRO	600
12. COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA.....	600
13. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	602
14. MANDADO DE SEGURANÇA.....	602
15. DEMANDAS COLETIVAS (DISSÍDIO COLETIVO, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO DE CUMPRIMENTO) ..	603
16. RECURSOS	603
17. QUESTÕES COMBINADAS.....	609

17. DIREITO ELEITORAL 613

1. FONTES E PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL	613
2. DIREITOS POLÍTICOS, ELEGIBILIDADE E ALISTAMENTO ELEITORAL	613
3. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	614

4. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	616
5. ALISTAMENTO ELEITORAL E DIREITOS POLÍTICOS	617
6. CANCELAMENTO E EXCLUSÃO DE ELEITOR	618
7. PARTIDOS POLÍTICOS	618
8. INELEGIBILIDADE	622
9. ELEIÇÕES	624
10. CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	640
11. PROCESSO ELEITORAL	642
12. DIPLOMAÇÃO	643
13. QUESTÕES COMBINADAS	643
18. DIREITO TRIBUTÁRIO	647
1. PRINCÍPIOS, COMPETÊNCIA, IMUNIDADE	647
2. DEFINIÇÃO E ESPÉCIES DE TRIBUTOS, LEGISLAÇÃO	649
3. OBRIGAÇÃO, SUJEIÇÃO PASSIVA, LANÇAMENTO CRÉDITO, GARANTIAS, REPARTIÇÃO DE RECEITAS	650
4. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO	652
5. IMPOSTOS EM ESPÉCIE	655
6. OUTRAS MATÉRIAS E COMBINADAS	656
19. DIREITO AMBIENTAL	657
1. DIREITO AMBIENTAL	657
20. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	663
1. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	663
21. DIREITO INTERNACIONAL	667
1. DIREITO INTERNACIONAL	667
22. DIREITO DO CONSUMIDOR	671
1. DIREITO DO CONSUMIDOR	671
23. ARQUIVOLOGIA	673
1. ARQUIVOLOGIA	673
24. DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	683

COMO USAR O LIVRO?

Para que você consiga um ótimo aproveitamento deste livro, atente para as seguintes orientações:

1º Tenha em mãos um **vademecum** ou um **computador** no qual você possa acessar os textos de lei citados.

Neste ponto, recomendamos o **Vade Mecum de Legislação FOCO** – confira em www.editorafoco.com.br.

2º Se você estiver estudando a teoria (fazendo um curso preparatório ou lendo resumos, livros ou apostilas), faça as questões correspondentes deste livro na medida em que for avançando no estudo da parte teórica.

3º Se você já avançou bem no estudo da teoria, leia cada capítulo deste livro até o final, e só passe para o novo capítulo quando acabar o anterior; vai mais uma dica: alterne capítulos de acordo com suas preferências; leia um capítulo de uma disciplina que você gosta e, depois, de uma que você não gosta ou não sabe muito, e assim sucessivamente.

4º Iniciada a resolução das questões, tome o cuidado de ler cada uma delas **sem olhar para o gabarito e para os comentários**; se a curiosidade for muito grande e você não conseguir controlar os olhos, tampe os comentários e os gabaritos com uma régua ou um papel; na primeira tentativa, é fundamental que resolva a questão sozinho; só assim você vai identificar suas deficiências e “pegar o jeito” de resolver as questões; marque com um lápis a resposta que entender correta, e só depois olhe o gabarito e os comentários.

5º **Leia com muita atenção o enunciado das questões.** Ele deve ser lido, no mínimo, duas vezes. Da segunda leitura em diante, começam a aparecer os detalhes, os pontos que não percebemos na primeira leitura.

6º **Grife as palavras-chave, as afirmações e a pergunta formulada.** Ao grifar as palavras importantes e as afirmações você fixará mais os pontos-chave e não se perderá no enunciado como um todo. Tenha atenção especial com as palavras “correto”, “incorreto”, “certo”, “errado”, “prescindível” e “imprescindível”.

7º Leia os comentários e **leia também cada dispositivo legal** neles mencionados; não tenha preguiça; abra o *vademecum* e leia os textos de leis citados, tanto os que explicam as alternativas corretas, como os que explicam o porquê de ser incorreta dada alternativa; você tem que conhecer bem a letra da lei, já que mais de 90% das respostas estão nela; mesmo que você já tenha entendido determinada questão, reforce sua memória e leia o texto legal indicado nos comentários.

8º Leia também os **textos legais que estão em volta** do dispositivo; por exemplo, se aparecer, em Direito Penal, uma questão cujo comentário remete ao dispositivo que trata de falsidade ideológica, aproveite para ler também os dispositivos que tratam dos outros crimes de falsidade; outro exemplo: se aparecer uma questão, em Direito Constitucional, que trate da composição do Conselho Nacional de Justiça, leia também as outras regras que regulamentam esse conselho.

9º Depois de resolver sozinho a questão e de ler cada comentário, você deve fazer uma **anotação ao lado da questão**, deixando claro o motivo de eventual erro que você tenha cometido; conheça os motivos mais comuns de erros na resolução das questões:

DL – “desconhecimento da lei”; quando a questão puder ser resolvida apenas com o conhecimento do texto de lei;

DD – “desconhecimento da doutrina”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da doutrina;

DJ – “desconhecimento da jurisprudência”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da jurisprudência;

FA – “falta de atenção”; quando você tiver errado a questão por não ter lido com cuidado o enunciado e as alternativas;

NUT - “não uso das técnicas”; quando você tiver se esquecido de usar as técnicas de resolução de questões objetivas, tais como as da **repetição de elementos** (“quanto mais elementos repetidos existirem, maior a chance de a alternativa ser correta”), das **afirmações generalizantes** (“afirmações generalizantes tendem a ser incorretas” - reconhece-se afirmações generalizantes pelas palavras *sempre, nunca, qualquer, absolutamente, apenas, só, somente exclusivamente* etc.), dos **conceitos compridos** (“os conceitos de maior extensão tendem a ser corretos”), entre outras.

obs: se você tiver interesse em fazer um Curso de “Técnicas de Resolução de Questões Objetivas”, recomendamos o curso criado a esse respeito pelo IEDI Cursos On-line: www.iedi.com.br.

10º Confie no **bom-senso**. Normalmente, a resposta correta é a que tem mais a ver com o bom-senso e com a ética. Não ache que todas as perguntas contêm uma pegadinha. Se aparecer um instituto que você não conhece, repare bem no seu nome e tente imaginar o seu significado.

11º Faça um levantamento do **percentual de acertos de cada disciplina** e dos **principais motivos que levaram aos erros cometidos**; de posse da primeira informação, verifique quais disciplinas merecem um reforço no estudo; e de posse da segunda informação, fique atento aos erros que você mais comete, para que eles não se repitam.

12º Uma semana antes da prova, faça uma **leitura dinâmica** de todas as anotações que você fez e leia de novo os dispositivos legais (e seu entorno) das questões em que você marcar “DL”, ou seja, desconhecimento da lei.

13º Para que você consiga ler o livro inteiro, faça um bom **planejamento**. Por exemplo, se você tiver 30 dias para ler a obra, divida o número de páginas do livro pelo número de dias que você tem, e cumpra, diariamente, o número de páginas necessárias para chegar até o fim. Se tiver sono ou preguiça, levante um pouco, beba água, masque chiclete ou leia em voz alta por algum tempo.

14º Desejo a você, também, muita **energia, disposição, foco, organização, disciplina, perseverança, amor e ética!**

Wander Garcia, Ana Paula Garcia e Renan Flumian

Coordenadores

1. LÍNGUA PORTUGUESA

Magally Dato e Henrique Subi

1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Um juízo de valor tem como origem uma percepção individual: alguém julga algo ou outra pessoa tomando por base o que considera um critério ético ou moral. Isso significa que diversos indivíduos podem emitir diversos juízos de valor para uma mesma situação, ou julgar de diversos modos uma mesma pessoa. Tais controvérsias são perfeitamente naturais; o difícil é aceitá-las com naturalidade para, em seguida, discuti-las. Tendemos a fazer do nosso juízo de valor um atestado de realidade: o que dissermos que é, será o que dissermos. Em vez da naturalidade da controvérsia a ser ponderada, optamos pela prepotência de um juízo de valor dado como exclusivo.

Com o fenômeno da expansão das redes sociais, abertas a todas as manifestações, juízos de valor digladiam-se o tempo todo, na maior parte dos casos sem proveito algum. Sendo imperativa, a opinião pessoal esquia-se da controvérsia, pula a etapa da mediação reflexiva e instala-se no posto da convicção inabalável. À falta de argumentos, contrapõem-se as paixões do ódio, do ressentimento, da calúnia, num triste espetáculo público de intolerância.

Constituem uma extraordinária orientação para nós todos estas palavras do grande historiador Eric Hobsbawm: “A primeira tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas as nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou.” A advertência de Hobsbawm não deve interessar apenas aos historiadores, mas a todo aquele que deseja dar consistência e legitimidade ao juízo de valor que venha a emitir.

(Péricles Augusto da Costa, inédito)

(Analista Jurídico – TRF5 – FCC – 2017) Os juízos de valor são considerados naturalmente controversos pelo fato de que

- (A) simulam uma convicção quando apenas presumem o que seja um atributo da realidade.
- (B) expressam a prepotência de quem se nega a discuti-los levando em conta a argumentação alheia.
- (C) exprimem pontos de vista originários de percepções essencialmente subjetivas.
- (D) correspondem a verdades absolutas que a realidade mesma dos fatos não é suficiente para comprovar.
- (E) traduzem percepções equivocadas do que se considera a verdade autêntica de um fato.

O autor traz conceitos e noções sobre o juízo de valor para demonstrar que são resultado de uma operação intelectual bastante individual. Isso acarreta que dois juízos de valor sobre a mesma coisa tendem a ter resultados diferentes, porque as convicções e experiências de cada pessoa influenciam na sua percepção ética. **HS**

Gabarrão “C”

(Analista Jurídico – TRF5 – FCC – 2017) O violento embate entre juízos de valor nas redes sociais poderia ser bastante amenizado no caso de se aceitar, conforme recomenda o historiador Hobsbawm, a disposição de

- (A) evitar o julgamento de fenômenos históricos de difícil interpretação, sobretudo os que nos são contemporâneos.
- (B) aceitar como legítimos os juízos de valor já consolidados na alta tradição dos historiadores mais experientes.
- (C) definir com bastante precisão qual o juízo de valor a ser adotado como critério para a compreensão de um fato.
- (D) preceder o juízo de valor do exame das condições históricas que determinam a atribuição de sentido ao objeto de julgamento.
- (E) pressupor que a compreensão de um fato histórico depende da emissão de juízos de valor já legitimados socialmente.

O texto aponta que os duelos entre os juízos de valor nas redes sociais decorrem da supressão da etapa de reflexão sobre eles: atualmente, cada pessoa atribui como verdade absoluta aquilo que pensa e não dialoga com as demais. Eric Hobsbawm adverte que, se cada um pudesse considerar as condições históricas que levaram cada pessoa a pensar como pensa, os debates teriam melhor qualidade. **HS**

Gabarrão “D”

[Em torno da memória]

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

(Adaptado de Ecléa Bosi. Lembranças de velhos. S. Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 17)

(Analista Jurídico – TRF5 – FCC – 2017) Entende-se que a memória não é sonho, é trabalho quando se aceita o fato de que as lembranças nossas

- (A) requerem esforço e disciplina para que venham corresponder às reais experiências vividas no passado.

- (B) exigem de nós a difícil manutenção dos mesmos pontos de vista que mantínhamos no passado.
- (C) libertam-se do nosso inconsciente pela ação da análise que, no passado, não éramos capazes de elaborar.
- (D) mostram-se trabalhosas por conta do esquecimento que as relega ao plano do nosso inconsciente.
- (E) produzem-se como construções imagéticas cuja elaboração se dá com elementos do momento presente.

A ideia central do texto é destacar que nossas memórias não são replicações exatas do que vivemos, mas imagens que nosso cérebro complementa com aspectos e fatores que nele temos oriundos do momento presente. **HS**

Gabartio "E."

A importância do imperfeito

O conceito de perfeição guia muitas aspirações nossas, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de "relações perfeitas" entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lar da perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.

Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, andando de mãos dadas com o belo, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito, ou pelo menos da percepção de sua importância.

Nas artes, exemplos de rompimento com a busca da perfeição são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser uma outra possibilidade de ser belo, como ocorre na música atonal ou na escultura abstrata, em que se encontram novas perspectivas de avaliação do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular, mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. Retalhos cósmicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

(Analista – TRT2 – FCC – 2018) Os três parágrafos do texto organizam-se de modo a constituírem, na ordem dada, as seguintes operações argumentativas:

- (A) relativização do conceito de perfeito; valorização absoluta do conceito de perfeito; inclusão do conceito de imperfeito.

- (B) valorização absoluta do conceito de perfeito; valorização absoluta do conceito de imperfeito; nova valorização do conceito de perfeito.
- (C) reconhecimento do conceito de perfeito; relativização do conceito de perfeito; demonstração do valor do imperfeito.
- (D) defesa dos conceitos de perfeito e imperfeito; valorização máxima do conceito de imperfeito; conclusão acerca da superioridade do imperfeito.
- (E) recuperação histórica do conceito de perfeito; predomínio do imperfeito nas artes e nas ciências; reavaliação positiva do conceito de perfeito.

A ideia central do primeiro parágrafo é destacar o conceito de "perfeito", para, no segundo, o texto relativizar esse conceito (expondo que coisas podem ser belas sem serem perfeitas). Ao final, no último parágrafo, demonstra o valor da imperfeição nas artes, na vida e no universo. **HS**

Gabartio "C."

(Analista – TRT2 – FCC – 2018) No terceiro parágrafo, uma escultura abstrata e a estrutura hexagonal dos flocos de neve são exemplos de que o autor do texto se serve para demonstrar que

- (A) as artes e a física moderna valem-se dos mesmos modelos de perfeição e de beleza.
- (B) o imperfeito pode representar-se tanto na criação estética como na ordem natural.
- (C) a imperfeição final é a ordem a partir da qual tudo se organiza na arte e na natureza.
- (D) sob o aspecto de uma aparente imperfeição há o primado das leis que regem o perfeito.
- (E) por trás das formas belas e das estruturas físicas encontra-se a razão mesma de ser do que é perfeito.

Ambos são exemplos de imperfeições: a escultura porque não tem forma definida e o floco de neve porque não existem dois iguais na natureza. Assim, demonstra o autor que a imperfeição não é algo exclusivamente humano, fonte de sua própria criação, mas também algo natural. **HS**

Gabartio "B."

Em torno do bem e do mal

Quando nos referimos ao Bem e ao Mal, devemos considerar que há uma série de pequenos satélites desses grandes planetas, e que são a pequena bondade, a pequena maldade, a pequena inveja, a pequena dedicação... No fundo é disso que se faz a vida das pessoas, ou seja, de fraquezas e virtudes minúsculas. Por outro lado, para as pessoas que se importam com a ética, há uma regra simples e fundamental: não fazer mal a outrem. A partir do momento em que tenhamos a preocupação de respeitar essa simples regra de convivência humana, não será preciso perdermo-nos em grandes filosofias especulativas sobre o que seja o Bem e o Mal.

"Não façam aos outros o que não queres que te façam a ti" parece um ponto de vista egoísta, mas é uma diretriz básica pela qual deve o comportamento humano se orientar para afastar o egoísmo e cultivar verdadeiramente o que se precisa entender por relação humana. Pensando bem, a formulação dessa diretriz bem pode ter uma versão mais positiva: "Faz aos outros o que quiseres que façam a ti". Não é apenas mais simpático, é mais otimista, e dissolve de vez a suspeita fácil de uma providência egoísta.

(A partir de José Saramago. As palavras de Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 111-112, passim)

(Analista – TRT2 – FCC – 2018) Ao se referir aos pequenos satélites desses grandes planetas, José Saramago está considerando

- (A) o valor maior que se atribui ao Bem e ao Mal e a consideração menor com que vemos as suas práticas miúdas.
- (B) a órbita dos pequenos satélites, girando em torno da grandeza indiscutivelmente superior dos planetas Bem e Mal.
- (C) uma relação já reconhecida entre a pequenez dos gestos baratos e a magnitude dos grandes sacrifícios.
- (D) a ilusão de imaginarmos que podemos galgar os valores absolutos cultivando os valores apenas relativos.
- (E) uma relação entre a esfera superior do Bem e as pequenas manifestações do Mal, que giram em sua órbita.

Ao comparar o bem e o mal absolutos com planetas e suas pequenas manifestações cotidianas como satélites desses planetas, Saramago quer destacar a relevância que damos à primeira ideia e a menor consideração que damos àquilo que realmente acontece em nossas vidas. **HS**

Gabário "A."

[O poeta e a política]

Sou um animal político ou apenas gostaria de ser? Estou preparado? Posso entrar na militância sem me engajar num partido? Nunca pertencerei a um partido, isto eu já decidi. Resta o problema da ação política com bases individualistas, como pretende a minha natureza. Há uma contradição insolúvel entre minhas ideias ou o que suponho minhas ideias, e talvez sejam apenas utopias consoladoras, e minha inaptidão para o sacrifício do ser particular, crítico e sensível, em proveito de uma verdade geral, pessoal, às vezes dura, senão impiedosa. Não quero ser um energúmeno, um sectário, um apaixonado ou um frio domesticado, conduzido por palavras de ordem. Como posso convencer a outros se não me convengo a mim mesmo? Se a inexorabilidade, a malícia, a crueldade, o oportunismo da ação política me desagradam, e eu, no fundo, quero ser um intelectual político sem experimentar as impurezas da ação política?

(ANDRADE, Carlos Drummond de. O observador no escritório. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 31)

(Analista – TRT2 – FCC – 2018) Está pressuposta na argumentação de Carlos Drummond de Andrade a ideia de que a ação política

- (A) deve assentar-se em sólidas bases individuais, a partir das quais se planejaram e se executam as ações mais consequentes.
- (B) permite que um indivíduo dê sentido às suas convicções mais pessoais ao dotá-las da universalidade representada pelas linhas de ação de um partido.
- (C) costuma executar-se segundo diretrizes partidárias, às quais devem submeter-se as convicções mais particulares de um indivíduo.
- (D) impede um indivíduo de formular para si mesmo utopias consoladoras, razão pela qual ele procurará criá-las com base numa ideologia partidária.
- (E) liberta o artista de seu individualismo estrito, fornecendo-lhe utopias que se formulam a partir dos ideais coletivistas de um partido.

O texto é uma crítica, não tão velada, à atuação dos partidos políticos. O autor deixa entrever sua opinião de que a ação política foi tomada pelos grupos partidários, que comandam a atuação de sua militância, afastando a possibilidade de cada indivíduo expor seus pensamentos. **HS**

Gabário "C."

A representação da "realidade" na imprensa

Parece ser um fato assentado, para muitos, que um jornal ou um telejornal expresse a "realidade". Folhear os cadernos de papel de ponta a ponta ou seguir pacientemente todas as imagens do grande noticiário televisivo seriam operações que atualizariam a cada dia nossa "compreensão do mundo". Mas esse pensamento, tão disseminado quanto ingênuo, não leva em conta a questão da perspectiva pela qual se interpretam todas e quaisquer situações focalizadas. Submetermo-nos à visada do jornalista que compôs a notícia, ou mesmo à do câmera que flagra uma situação (e que, aliás, tem suas tomadas sob o controle de um editor de imagens), é desfazermo-nos da nossa própria capacidade de análise, é renunciarmos à perspectiva de sujeitos da nossa interpretação.

Tanto quanto os propalados e indiscutíveis "fatos", as notícias em si mesmas, com a forma acabada pela qual se veiculam, são parte do mundo: convém averiguar a quem interessa o contorno de uma análise política, o perfil criado de uma personalidade, o sentido de um levante popular ou o alcance de uma medida econômica. O leitor e o espectador atentos ao que leem ou veem não têm o direito de colocar de lado seu senso crítico e tomar a notícia como espelho fiel da "realidade". Antes de julgarmos "real" o "fato" que já está interpretado diante de nossos olhos, convém reconhecermos o ângulo pelo qual o fato se apresenta como indiscutível e como se compõe, por palavras ou imagens, a perspectiva pela qual uma bem particular "realidade" quer se impor para nós, dispensando-nos de discutir o ponto de vista pelo qual se construiu uma informação.

(Tibério Gaspar, inédito)

(Analista Judiciário – TRT/24 – FCC – 2017) Diante das informações que habitualmente nos oferecem os jornais e os noticiários, devemos, segundo o autor do texto,

- (A) considerar como fatos efetivos apenas aqueles que ganham igual dimensão em todos os veículos.
- (B) imaginar que os interesses existentes na divulgação dos fatos acabam por destituí-los de importância.
- (C) interpretar as notícias de modo a excluir delas o que nos pareça mais problemático ou inverossímil.
- (D) ponderar que tais informações são construídas a partir de um ponto de vista necessariamente particular.
- (E) avaliar os fatos noticiados segundo o ângulo que melhor se afine com os nossos valores pessoais.

O texto chama a atenção do leitor para o fato de que as notícias são veiculadas sempre a partir de um ponto de vista particular, do próprio órgão de imprensa que a publica. Assim, não se trata de "realidade" em sentido estrito, mas da "realidade" que aquele determinado veículo de comunicação quer divulgar. **HS**

Gabário "D."

- 1 Há um traço fundamental na história indígena do rio Amazonas, cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região. É um fenômeno demográfico e cultural de longa duração que acompanha os primeiros duzentos anos da ocupação europeia e que irá resultar, em meados do século XVIII, numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores quinhentistas.
- 5 Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas e da sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo descidos dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização. Desaparecimento, em sentido étnico, é o termo adequado, e ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu. Neste processo de despovoamento maciço e repovoamento parcial, dois aspectos devem ser assinalados: a) *o desaparecimento dos padrões adaptativos (demográficos, organizacionais e ergológicos) da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente*
- 10 *mente, quando do povoamento induzido pelo colonizador; neste segundo momento ocorre b) a formação de um estrato que chamaremos neo-indígena, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica.*

Obs.: ergológico: relativo à ergologia, ramo da etnologia que estuda a cultura material.

(PORRO, Antônio. **História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII**. In: CUNHA, Manuela C. (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998, p. 175)

(Analista Judiciário – TRT/11 – FCC – 2017) Entende-se corretamente do trecho acima transcrito:

- (A) Os exploradores quinhentistas e dos duzentos anos de vivência na região amazônica não foram competentes ao pesquisar o passado indígena, o que determinou graves equívocos na ocupação europeia.
- (B) A existência de um fenômeno demográfico e cultural que se desenvolveu de especial modo estendido, no tempo e no espaço, provocou mudanças relevantes no processo inicial de ocupação europeia na Amazônia.
- (C) A migração de certas nações indígenas que habitavam ao longo do rio Amazonas, em busca de melhores condições de sobrevivência, foi concomitante à migração de outros grupos para esse mesmo espaço.
- (D) Em processo determinado pelo decurso da colonização, desapareceram nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas e outros grupos de autóctones foram formados, em ato e efeito de aculturação.
- (E) O desaparecimento, em sentido étnico, caracteriza-se por despovoamento em larga escala e sucessivo e imediato repovoamento, este em patente escala bem menor do que se teve no povoamento primeiro.

O texto trata dos efeitos da colonização europeia junto às tribos indígenas que habitavam ao longo do curso do Rio Amazonas. O processo de desaparecimento étnico mudou a sociedade indígena local por implicar o desaparecimento daqueles que ordinariamente se encontravam nas margens do rio para, vagarosa e parcialmente, serem substituídos por outros grupos que convergiram dos afluentes para o rio principal, estes já mais habituados aos modos do colonizador. **HS**

Gabartio "D"

- 1 Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos. Pelas contas do Censo 2000, para uma população total em torno de 170 milhões de habitantes, o Brasil entra no século XXI aproximadamente com 125 milhões de católicos declarados, praticamente três quartos da população residente total.
- Quer dizer que no início do terceiro milênio ainda é possível a esse país, o maior e mais populoso da “América católica”, continuar ostentando com fundamento em dados estatísticos cientificamente controlados e religiosamente isentos sua histórica posição de nação com hegemonia católica, que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”. Tradicionalmente autoaplicado por seus habitantes em conotações que, a bem da verdade, sofrem polarizações e inflexões de toda espécie e grau, que vão do contentamento envaidecido sem ressalvas ao lamento aborrecido sem reservas, a plausibilidade desse superlativo identitário pode estar com os dias contados.
- 10 Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias. Esse lento vir a ser, ao mesmo tempo matemático e falastrão, vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural com a introdução
- 15 gradual, mas nem por isso menos corrosiva, de estranhamentos e distâncias, descontinuidades e respiros no batido ramerrão do imaginário religioso nacional. Com efeito, hoje se assiste em nosso país a um vigoroso movimento de transição demográfico-religiosa que já assumiu a forma de progressiva migração de contingentes católicos para outras religiões. Ou mesmo para nenhuma.

(Adaptado de: PIERUCCI, Antonio Flávio. **Religiões no Brasil**. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **Agenda BrasileirA: temas de uma sociedade em mudança**. Companhia das Letras, 2011, p. 472-473)

(Analista Judiciário – TRT/11 – FCC – 2017) É legítimo afirmar: no texto,

- (A) o argumento a favor da demonstração de que o Brasil deixará de ser em breve hegemonicamente católico é sustentado pelos rigorosos dados do recenseamento de 2000 mencionados pelo autor.
- (B) é reconhecível o ponto de vista favorável ao fato de os brasileiros assumirem-se como católicos em levantamento demográfico, assunção de identidade que legitima a preservação do título de maior país católico do mundo atribuído ao Brasil.
- (C) o emprego das aspas na expressão “*América católica*” sinaliza que, por meio da ironia, o autor censura o apego dos brasileiros a títulos de supremacia, adesão que ele nota até mesmo quando se trata de religião.
- (D) admite-se que à expressão “*o maior país católico do mundo*” empregada pelos brasileiros se têm atribuído sentidos distintos, o que justifica o fato de o uso do título estar em extinção.
- (E) avalia-se que, sob o fato manifesto e contínuo de brasileiros virem deixando a religião católica, ao migrar ou não para alguma outra, o superlativo que historicamente individualiza o Brasil do ponto de vista religioso está perdendo a razoabilidade.

A: incorreta. Os dados do censo, ao contrário, confirmam que a população é majoritariamente católica; **B:** incorreta. Não se pode deduzir que a declaração de religião tem por objetivo manter o título em questão; **C:** incorreta. Não se trata de ironia, mas de citação de um termo criado por outra pessoa. As aspas indicam uma citação literal; **D:** incorreta. Não é por isso que o título está se extinguindo, mas sim porque há um movimento de migração entre religiões; **E:** correta, conforme comentário à alternativa anterior. **HS**

Gabarrão

(Analista Judiciário – TRT/11 – FCC – 2017) No segundo parágrafo,

- (A) a expressão *Quer dizer* introduz exposição mais detalhada do que se apresenta no primeiro parágrafo, esclarecimento realizado sob o padrão da neutralidade científica.
- (B) os segmentos *cientificamente controlados* e *religiosamente isentos* subordinam-se diretamente à palavra *fundamento*.
- (C) o emprego de *um dia* sugere que a ideia de *desgastado*, atribuída à palavra *título*, teve breve duração.
- (D) a caracterização de *conotações* evidencia que os brasileiros, ainda que possam manifestar emoções antagônicas ao fazer uso da qualificação “*o maior país católico do mundo*”, o fazem com a mesma intensa adesão ao seu particular sentimento.
- (E) o emprego da expressão *a bem da verdade* sinaliza a introdução de uma específica correção, retificação que remete diretamente ao segmento *sua histórica posição de nação com hegemonia católica*.

A: incorreta. O autor não foi neutro em suas palavras, porque o parágrafo em questão já direciona os argumentos para a defesa de seu ponto de vista; **B:** incorreta. Os termos em destaque remetem a dados estatísticos; **C:** incorreta. A expressão “*um dia*” significa que o fato aconteceu em algum momento não especificado no passado; **D:** correta. Esta é a ideia central exposta no segundo parágrafo do texto; **E:** incorreta. A expressão remete a “conotações”, esclarecendo as diferentes abordagens sobre o tema.

Gabarrão

Um povo entre duas tiranias

Pelo alto, a população do leste de Alepo, na Síria, foi castigada por bombas de barril lançadas por helicópteros e aviões do regime de *Bashar Assad* e por caças russos. Ao explodirem, esses artefatos espalham rolamentos, pregos e pedaços de metal ao redor, destruindo prédios e perfurando pessoas. Na noite de 17 de agosto, o menino *Omran Daqneesh*, de 4 anos, estava dormindo com os irmãos de 1, 6 e 10 anos quando uma bomba caiu sobre sua casa. As imagens do vídeo que mostram *Omran* coberto de poeira e sangue dentro de uma ambulância chocaram o mundo pelo contraste entre inocência e brutalidade. Seu irmão mais velho morreu no hospital.

Em terra, os moradores eram acossados pelos grupos extremistas ligados à *Al Qaeda*, que criaram tribunais para aplicar a lei islâmica. As mulheres foram obrigadas a usar o véu. Quem reclamava do fechamento das rádios ou das escolas ou tentava fugir era preso, torturado e até assassinado.

Com a coalizão liderada pelos EUA bombardeando os terroristas do Estado Islâmico em outras cidades, a Rússia e o Irã ficaram livres para ajudar *Assad* a retomar territórios ocupados por outros grupos armados, o que deixou a guerra ainda mais sangrenta. Duzentos mil sírios somaram-se aos 4,5 milhões que já haviam deixado o país nos anos anteriores. O fluxo de refugiados para a Europa caiu de 1 milhão em 2015 para 300.000 neste ano, em parte devido às barreiras físicas erguidas nas fronteiras e às restrições para aceitação de asilo. O drama da maioria dos sírios que fogem da tirania de *Assad* e dos rebeldes acabou represso nos campos lamacentos da Turquia.

(Veja, 28 de dezembro de 2016.)

(Analista Judiciário – TRF/2 – Consulplan – 2017) Após a leitura do texto, é possível afirmar que

- (A) as informações apresentadas possuem características alarmantes através de uma linguagem apelativa e enfática, de acordo com o público a que se destina e seu suporte textual.
- (B) a redução significativa do número de refugiados é um fator capaz de comprovar que a implementação de ações humanitárias na região afetada pelos conflitos citados tem sido favorável às vítimas de tal cenário.
- (C) a finalidade informativa do texto pode ser identificada através do encadeamento lógico de ideias revelando fatos com clareza e exatidão; utilizando, predominantemente, a ordem direta, a voz ativa e os verbos de ação.
- (D) as tiranias às quais é feita referência no título do texto, apesar de apresentarem níveis diferentes de ênfase no contexto apresentado, atuam estrategicamente de forma semelhante para alcançar os objetivos que lhes são propostos.

A: incorreta. O texto é elaborado em linguagem jornalística, mantendo a sobriedade apesar da gravidade dos fatos narrados; **B:** incorreta. A redução dos refugiados, ao contrário, é fruto da imposição de barreiras a sua entrada, o que os deixa encurralados na guerra; **C:** correta, conforme comentários à alternativa “A”; **D:** incorreta. As duas tiranias, de *Bashar al Assad* e do Estado Islâmico, são tratadas com a mesma objetividade e destaque no texto. **HS**

Gabarrão